



Ministério da Economia
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais



Processo nº 10410.906742/2016-48
Recurso Voluntário
Acórdão nº 3301-007.344 – 3ª Seção de Julgamento / 3ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de 18 de dezembro de 2019
Recorrente INDUSTRIAL PORTO RICO S/A
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Período de apuração: 01/01/2010 a 31/03/2010

PEDIDO DE RESSARCIMENTO ELETRÔNICO. CRÉDITOS DE COFINS NÃO CUMULATIVA-EXPORTAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. RESPONSABILIDADE DO REQUERENTE. NA ABSOLUTA FALTA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO CREDITÓRIO ALEGADO, ESTE É PRESUMIDO INEXISTENTE.

O Pedido de Ressarcimento Eletrônico -PER, de créditos d anão-cumulatividade tran ínsita a presunção de que o requerente possui toda a documentação e controles contábeis-fiscais, que suportem seu pedido e comprovem o crédito alegado. Na absoluta falta de apresentação de tal arcabouço probatório, presume-se inexistente o crédito pleiteado.

Recurso Voluntário Negado

Direito Creditório Não Reconhecido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso voluntário.

(documento assinado digitalmente)

Winderley Moraes Pereira - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Ari Vendramini - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Winderley Moraes Pereira (Presidente), Liziane Angelotti Meira, Marcelo Costa Marques d'Oliveira, Salvador Cândido Brandão Junior, Marco Antonio Marinho Nunes, Semíramis de Oliveira Duro, Valcir Gassen e Ari Vendramini (Relator)

Relatório

1. Tratam estes autos de análise de Pedido Eletrônico de Ressarcimento – PER, de créditos de COFINS NÃO CUMULATIVA – EXPORTAÇÃO, referente ao 1º trimestre de 2010, no valor de R\$ 654.885,44 transmitido eletronicamente pelo Sistema PER/DCOMP, disponível no sítio da Secretaria da Receita Federal na Internet.
2. Os presentes autos foram formalizados para tratar manualmente diversos PER, listados às fls. 66/67 destes autos digitais), dentre eles o PER de nº 40447.53489.020611.1.109-0700 (fls. 1332/1334), analisado nestes autos.
3. Consta, às fls. 66/76 destes autos digitais, Relatório Fiscal de fls. 72/81 dos autos digitais, concluindo pelo indeferimento total do pedido de ressarcimento representado pelos PER elencados, pelos motivos ali expostos, que fundamentou o Despacho Decisório Eletrônico nº de rastreamento 123245653 (fls. 1335), que indeferiu o citado PER. .
4. A requerente, diante deste Despacho Decisório, apresentou Manifestação de Inconformidade, que foi apreciada pela DRJ/BELÉM.
5. Adotamos o relatório que integra o Acórdão exarado pela DRJ/BELÉM :

Trata-se de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS NÃO CUMULATIVA EXPORTAÇÃO relativos ao 1º trimestre de 2010, no valor de R\$ 654.885,44.

Após a realização de diligência, foi emitido o relatório de fiscalização de fls. 66/75, do qual consta:

“O CD contendo as informações apresentado pelo contribuinte, contém 05 pastas separadas por ano. Uma pasta informando conter informações de 2009, 2010 e 2011 e outras 04 pastas informando conter informações dos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, relativos aos créditos e a receita de vendas.

Ao abrir as planilhas, percebemos de pronto a falta de esmero na confecção das informações prestadas. Por exemplo, na pasta relativa aos anos 2009, 2010 e 2011, na planilha tabela de débito-crédito jan2010 a dez2011, percebemos a falta das informações relativas a todo o ano de 2009, sub-pastas com informações de janeiro e fevereiro de 2012, sub-pasta denominada março de 2012, no entanto está zerada, várias sub-pastas com cálculos diversos sem nenhuma descrição ou indicação do que possa ser, sub-pasta denominada fev2010, no entanto o cabeçalho dos dados consta abril/2011, ficamos sem saber a que mês se refere.

Verificando a consistência das informações, pegamos os dados da primeira planilha denominada jan2010. Nessas pastas existe uma memória de cálculo denominada “Demonstrativo do Levantamento do Crédito de Pis e Cofins”, que é uma espécie de

memória de cálculo do PIS e COFINS. No mês de jan2010, tem os seguintes valores na coluna chamada base:

*02material=2.253.798,76,
03serviços=1.017.151,10,
04energia=67.273,39,
06locação=505.562,55,
06arrendamento=112.134,32,
07comercial=467.328,68,
09depreci=1.101.474,92,
credito presumido açu= 3.168.083,91,
b bruta=1.108.829,37.*

Logo abaixo existe um demonstrativo chamado “crédito detalhado”, onde constam os itens adquiridos, que deveriam ser o detalhamento das rubricas acima citadas, no entanto, os itens estão misturados com a indicação do tipo de material (estoque, peças aplicadas, catalogo, serviços, imobilizado e algumas sem descrição). O total da coluna valor base é R\$ 505.221,08, ou seja, não nos foi possível fazer qualquer relação com as rubricas acima relacionadas, quer pelo valor, quer pela descrição. Esse detalhamento parece ser relativo à materiais e serviços, quanto as demais rubricas, não foi fornecido nenhum detalhamento.

Nas planilhas onde constam o detalhamento, em muitos itens, não há informação da nomenclatura comum do Mercosul – NCM dos itens relacionados, separação por código fiscal de operações e prestações – CFOP, centro de custos e em muitos itens não foi informado o fornecedor. Planilha em desacordo com o solicitado no item 2 do TIAF.

Essa falta de relação entre as rubricas do crédito e o detalhamento ocorreu em todos os meses em que foram fornecidos (janeiro a maio de 2010 e de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2012). Não foram fornecidas as planilhas de detalhamento do crédito relativo ao período de junho de 2010 a janeiro de 2011.

Não foram fornecidas as planilhas com a memória de cálculo do PIS e COFINS de março de 2012 a setembro de 2015, apenas foram fornecidas as planilhas com o detalhamento das aquisições acima já comentado e que não guardam com qualquer relação com nada.

Como já mencionado, nenhuma informação relativa ao ano de 2009 foi fornecida. Os arquivos SPED da escrituração contábil digital – ECD, relativos aos períodos que seriam auditados, 2009 a 2015, não foram autenticados, com exceção do ano de 2015, que foi autenticado. Os demais se encontram sob exigência da Junta comercial do Estado de Alagoas – JUCEAL, portanto não estão aptos aos fins que se prestam. Item 06 do TIAF, foi solicitada tal verificação.

Foram fornecidas planilhas contendo a receita de venda por

produto.

Dispensamos maiores análise diante do já detectado nos arquivos relativos aos créditos e arquivos contábeis obtidos do SPED e pela impossibilidade de batimento com os arquivos da escrituração contábil digital – ECD, visto que os mesmos não foram autenticados, com exceção de 2015.

A documentação apresentada, além de incompleta não guardou nenhuma correlação entre ela mesmo e nem com os pedidos de ressarcimento-PER apresentados, DACONS e arquivos SPED da EFD Contribuições. (...).

....

Desta forma, pelo acima relatado ficamos impossibilitados de efetuar qualquer análise a fim de estabelecer qualquer direito creditório relativos aos pedidos de ressarcimento em tela.

É o Relatório.”

Na sequência, por intermédio do despacho decisório, fl. 1335, foi indeferido o crédito solicitado.

Cientificado do Relatório Fiscal, em 04/04/17, e do despacho decisório em 12/07/2017, o sujeito passivo apresentou, em 27/07/2017, manifestação de inconformidade na qual alega, em síntese:

Bis in idem –

Alega ter ocorrido Bis in idem, pois segundo seu entendimento na autuação objeto do PAF nº 10410-722.371/2017-24 tinha por objeto os mesmos valores cobrados por ocasião do indeferimento dos pedidos de restituição/ressarcimento feito por PER/DCOMPs.

Acrescenta, a conclusão do bis in idem ao presente caso, é que se impõem o afastamento das cobranças realizadas por ocasião do processo administrativo 10410-722.371 /2017-24, para o fim de se considerar apresentada para todas as respostas aos pedidos de compensação atendidos pelo procedimento fiscal nº 04401.00-2016-00391 a presente manifestação de inconformidade.

Decadência

Cita o § 4º do art 150 do Código Tributário Nacional, e diz, em consonância com o citado dispositivo, não haverá como a RFB pronunciar-se sobre fatos geradores eventualmente ocorridos no período anterior a junho de 2011, em face de restar operado o prazo decadencial estabelecido na legislação tributária.

Alega, esgotado o lapso de cinco anos, a contar da data da ocorrência do fato gerador, sem que haja o pronunciamento do fisco, considera-se homologado, tacitamente, o lançamento, segundo a sistemática adota pelo Código Tributário Nacional, e

*definitivamente
extintos os eventuais créditos tributários.
Finaliza, assim, resta configurada a decadência em relação ao
período analisado e apontado no referido despacho decisório*

Homologação Tácita

*Sustenta que os pedidos de compensação efetuados até
junho/2012*

*deveriam ter recebido análise pela Secretaria da Receita Federal
num prazo máximo de 05 (cinco) anos, contados da data da
entrega da Declaração de Compensação, como prevê o § 5º do
Artigo 74, da Lei 9.430/96.
Acrescenta, no presente caso, há pedidos de compensação
protocolizados anteriores a junho de 2011. Assim, constatado o
decurso de tempo superior a 05 (cinco) anos entre a data dos
pedidos de compensação sem que a RFB tenha indeferido as
compensações*

*declaradas pelo contribuinte, impõe-se o reconhecimento da
homologação tácita da compensação pleiteada.*

Nulidade

*Diz que, não cuidou, a autoridade administrativa, em
fundamentar as
razões que levaram ao indeferimento do seu pedido de
compensação. Sustenta que o despacho é simplório e só traz
informações genéricas que tratam dos valores a título do principal
e seus acessórios, multa e juros.
Alega, até mesmo a fundamentação legal restringiu-se a mera
consignação e menção aos dispositivos legais, sem qualquer
esforço técnico para demonstrar o porquê da incidência dos
referidos artigos de lei ao caso em tela.*

*Acrescenta, a inexistência da fundamentação ou sua presença
deficiente resultam no mesmo mal, ou seja, impossibilitar o
contribuinte de realizar sua defesa viciando o procedimento
administrativo incorrendo em manifesta nulidade.
Diz mais, assim, as simplórias menções aos dispositivos de lei sem
qualquer exposição da motivação legal que enquadre o ato às
circunstancias dos fatos incorre em ausência e/ou deficiência de
fundamentação.*

*No mesmo item em que suscita nulidade, a interessada apresenta
as
alegações a seguir:*

*“O relatório fiscal, por exemplo, que deveria esclarecer razões de
fato e de direito, em verdade, traz mais confusão que
esclarecimentos a respeito da autuação.*

*Observe-se, por exemplo, que a despeito de não ter, a autuada,
entregue toda documentação solicitada pelo auditor fiscal,
enquanto o que foi disponibilizado sequer foi analisado.*

E na tentativa, infrutífera, de justificar tal ação, o fiscal trouxe ao dito relatório fundamento que nitidamente não se aplica ao caso, pois teve edição normativa posterior ao período de apuração.

A autoridade fiscal aplicou regra nova ao analisar o deferimento ou não dos referidos créditos tributários, fato que não pode ser considerado, haja vista, a impossibilidade de retroatividade para atingir pedidos de compensação anteriores a sua regência.

Neste ínterim, resta inaplicável a Instrução Normativa levantada pelo fiscal ante sua incapacidade de retroagir para alcançar período anterior a sua criação.

Vê-se que a autoridade fiscal a despeito de não compreender urna ou outra alocação de dados das planilhas entregues pelo contribuinte, preferiu guardar para seu relatório comentários inapropriados quando, em verdade, poderia tê-la reintimado para prestar esclarecimentos sobre os pontos que pairavam dúvidas.”

Por fim, requer reforma do despacho decisório.

6.
da DRJ/BELÉM

Assim restou ementado o Acórdão nº 01-35.083, da 3ª Turma

ASSUNTO : NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

PERÍODO DE APURAÇÃO : 01/01/2010 A 31/03/2010

EMENTA:

RESSARCIMENTO. CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO.

O direito a ressarcimento de créditos decorrentes da não cumulatividade da COFINS vincula-se o preenchimento das condições e requisitos determinados pela legislação tributária que rege a matéria, devendo ser indeferido quando não reste comprovada sua existência.

RESSARCIMENTO.DECADÊNCIA.

À verificação que a administração deve promover visando deferir ou indeferir pedidos de ressarcimento de créditos não se aplicam os prazos decadenciais previstos nos artigos 150 e 173 do CTN, por não tratar-se de hipótese de constituição de crédito tributário.

DCOMP. DIREITO CREDITÓRIO INEXISTENTE

A declaração de compensação somente pode ser homologada quando o respectivo direito creditório resulte comprovado pelo sujeito passivo.

Manifestação de Inconformidade Improcedente

Direito Creditório Não Reconhecido

7. Ainda irresignada, a requerente apresentou recurso voluntário contra tal Acórdão, onde alega, repisando os argumentos expendidos em sede de manifestação de inconformidade :

- BREVE HISTÓRICO

- descreve os fatos

- INSUBSISTÊNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO

- DA VEDAÇÃO AO BIS IN IDEM – DESPACHO DECISÓRIO QUE NÃO HOMOLOGA COMPENSAÇÃO E CONSTITUI PRETENSO CRÉDITO JÁ OBJETO DE EXIGÊNCIA EM AUTO DE INFRAÇÃO

- DA DECADÊNCIA**- DA HOMOLOGAÇÃO TÁCITA DAS COMPENSAÇÕES**

- DA NULIDADE DO DESPACHO DECISÓRIO POR AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO : DO NÃO ENFRENTAMENTO PELO ACÓRDÃO RECORRIDO

- CONCLUSÃO

- requer o conhecimento do recurso, seu provimento na íntegra, reformando-se na totalidade o acórdão recorrido.

8. Os autos foram então a mim distribuídos.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Ari Vendramini, Relator.

9. O recurso voluntário é tempestivo, preenche os demais requisitos de admissibilidade, portanto dele conheço.

10. Trata-se de análise de pedido de ressarcimento de créditos de COFINS não cumulativa, portanto, tratando-se de pedido formulado eletronicamente pela recorrente, deve ela, antes de formular o pedido, colecionar o conjunto probatório que respalda seu pedido, para comprovar de forma idônea e sem que paire qualquer dúvida a respeito de seu direito pleiteado.

11. Não é o que revela a leitura do Relatório Fiscal de fls. 66/76 destes autos digitais, onde a autoridade fiscal revela que recebeu a incumbência de analisar diversos pedidos de ressarcimento eletrônicos de créditos de PIS e de COFINS, no regime não cumulativo.

12. Descreve a autoridade fiscal a extrema dificuldade que encontrou para obter os documentos solicitados em Intimação Fiscal e, quando atendida, por reintimação, de forma incompleta, recebeu diversos arquivos em mídia, completamente incompreensíveis, sem a devida conciliação contábil, sem identificação, sem detalhamento de valores, como mostra os seguintes trechos do relatório fiscal :

**ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO
CONTRIBUINTE**

O CD contendo as informações apresentado pelo contribuinte, contém 05 pastas separadas por ano. Uma pasta informando conter informações de 2009, 2010 e 2011 e outras 04 pastas informando conter informações dos anos 2012, 2013, 2014 e 2015, relativos aos créditos e a receita de vendas.

Ao abrir as planilhas, percebemos de pronto a falta de esmero na confecção das informações prestadas. Por exemplo, na pasta relativa aos anos 2009, 2010 e 2011, na planilha tabela de débito-crédito jan2010 a dez2011, percebemos a falta das informações relativas a todo o ano de 2009, sub-pastas com informações de janeiro e fevereiro de 2012, sub-pasta denominada março de 2012, no entanto está zerada, várias sub-pastas com cálculos diversos sem nenhuma descrição ou indicação do que possa ser, sub-pasta denominada fev2010, no entanto o cabeçalho dos dados consta abril/2011, ficamos sem saber a que mês se refere.

Logo abaixo existe um demonstrativo chamado "crédito detalhado", onde constam os itens adquiridos, que deveriam ser o detalhamento das rubricas acima citadas, no entanto, os itens estão misturados com a indicação do tipo de material (estoque, peças aplicadas, catalogo, serviços, imobilizado e algumas sem descrição). O total da coluna valor base é R\$ 505.221,08, ou seja, não nos foi possível fazer qualquer relação com as rubricas acima relacionadas, quer pelo valor, quer pela descrição. Esse detalhamento parece ser relativo à materiais e serviços, quanto as demais rubricas, não foi fornecido nenhum detalhamento.

Nas planilhas onde constam o detalhamento, em muitos itens, não há informação da nomenclatura comum do Mercosul – NCM dos itens relacionados, separação por código fiscal de operações e prestações – CFOP, centro de custos e em muitos itens não foi informado o fornecedor. Planilha em desacordo com o solicitado no item 2 do TIAF.

Essa falta de relação entre as rubricas do crédito e o detalhamento ocorreu em todos os meses em que foram fornecidos (janeiro a maio de 2010 e de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2012). Não foram fornecidas as planilhas de detalhamento do crédito relativo ao período de junho de 2010 a janeiro de 2011.

Não foram fornecidas as planilhas com a memória de cálculo do PIS e COFINS de março de 2012 a setembro de 2015, apenas foram fornecidas as planilhas com o detalhamento das aquisições acima já comentado e que não guardam com qualquer relação com nada. Como já mencionado, nenhuma informação relativa ao ano de 2009 foi fornecida.

Os arquivos SPED da escrituração contábil digital – ECD, relativos aos períodos que seriam auditados, 2009 a 2015, não foram autenticados, com exceção do ano de 2015, que foi autenticado. Os demais se encontram sob exigência da Junta comercial do Estado de Alagoas – JUCEAL, portanto não estão aptos aos fins que se prestam. Item 06 do TIAF, foi solicitada tal verificação.

Foram fornecidas planilhas contendo a receita de venda por produto. Dispensamos maiores análise diante do já detectado nos arquivos relativos aos créditos e arquivos contábeis obtidos do SPED e pela impossibilidade de batimento com os arquivos da escrituração contábil digital – ECD, visto que os mesmos não foram autenticados, com exceção de 2015.

A documentação apresentada, além de incompleta não guardou nenhuma correlação entre ela mesmo e nem com os pedidos de ressarcimento-PER apresentados, DACONS e arquivos SPED da EFD Contribuições. No item 9 do TIAF, foi solicitada tal correlação.

Vale salientar que a documentação solicitada se refere a anos anteriores e, que já deveriam estar devidamente pronta há muito tempo para exibição ao fisco, desde da elaboração e transmissão dos pedidos de ressarcimento – PER, pois os mesmos devem estar suportados por memória de cálculo e documentação hábil e idônea.

Dos itens solicitados no Termo de Início de Ação Fiscal – TIAF, apenas os itens 1 (aparentemente) e 3 foram atendidos, passados 4 meses após a ciência do TIAF.

O trabalho desenvolvido pela fiscalização é de auditoria da apuração elaborada pelo contribuinte dos créditos pleiteados nos pedidos de ressarcimento e, não de refazimento da apuração de eventuais créditos.

Desta forma, pelo acima relatado ficamos impossibilitados de efetuar qualquer análise a fim de estabelecer qualquer direito creditório relativos aos pedidos de ressarcimento em tela.

13. O que se verifica, portanto, é a total falta de comprovação do direito pleiteado, impossibilitando a autoridade fiscal de auditar qualquer informação, para confirmar o direito creditório pleiteado pela recorrente.

14. Quanto aos outros argumentos apresentados, a DRJ/BELÉM já os enfrentou om esmero, vejamos:

14.1. A recorrente alega, **em preliminar, falta de fundamentação tanto no despacho decisório quanto no Acórdão DRJ, o que acarretaria cerceamento de defesa e, portanto, a nulidade de ambos os atos administrativos**. Diz que os atos são simplórios e somente trazem informações genéricas que tratam de valores a título de principal e seus acessórios, multa e juros e que, ainda, a autoridade fiscal não examinou com a devida profundidade os relatórios apresentados.

14.2. Não merece prosperar tais alegações pois não ocorreram, nem no despacho decisório, nem no Acórdão, tais cerceamentos de defesa, tanto é que a recorrente foi intimada e reintimada para apresentar suas razões e suas provas para comprovar o direito creditório alegado.

14.2. O indeferimento do pedido foi feito de forma clara e com fundamentação legal expressa, por absoluta falta de comprovação do direito, assim o é que a recorrente obteve cópia do relatório fiscal, não ocorrendo, portanto, nenhum dos requisitos para nulidade constante do artigo 59 do Decreto nº 70.235/1972, que regulamenta o processo administrativo fiscal.

Art. 59. São nulos:

I - os atos e termos lavrados por pessoa incompetente;

II - os despachos e decisões proferidos por autoridade incompetente ou com preterição do direito de defesa.

§ 1º A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam consequência.

§ 2º Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados, e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou solução do processo.

14.3. Assim, rejeito a preliminar de nulidade.

15. Quanto **á ocorrência de bis-in-idem alegado**, adotamos os dizeres do Acórdão DRJ/BELÉM como razão de decidir :

O “bis in idem” arguido não se configura no caso objeto da lide, uma vez que não temos o mesmo ente tributante cobrando um tributo do mesmo contribuinte referente ao mesmo fato gerador. No caso em análise os débitos indicados para compensação nas declarações de compensação não homologadas são diferentes dos débitos cobrados no auto de infração objeto do PAF nº 104'10.722.371/2017-24.

15.1. Portanto, nego provimento ao recurso neste quesito.

16. Quanto **á decadência alegada**, entende a recorrente que o fisco não poderia pronunciar-se sobre fatos geradores eventualmente ocorridos no período anterior a junho de 2011, em face de restar o prazo decadencial na legislação estabelecido na legislação tributária, pois havia expirado o prazo previsto no § 4º do artigo 150.

16.1. Por tratar-se de análise de pedido de ressarcimento, não se aplica o prazo decadencial citado, que se aplica apenas a declarações de compensação, pois caracterizam-se como confissão de débito ou auto lançamento.

16.2. Desta forma, nego provimento ao recurso neste quesito.

17. Quanto **á homologação tácita do seu pedido** também só se aplica às declarações de compensação, pois pedidos de ressarcimento não se homologam, se deferem ou indeferem e sem limite de tempo definido para tal pedido específico.

17.1. Assim, o § 5º do artigo 74 da lei nº 9.430/1996, com suas diversas alterações, que trata do tema, está assim redigido :

§ 5º O prazo para homologação da compensação declarada pelo sujeito passivo será de 5 (cinco) anos, contado da data de entrega da declaração de compensação (Redação dada pela Lei nº 10.833/2003)

17.2. Portanto, nego provimento ao recurso neste quesito.

18. No mérito da questão, com relação ao arcabouço probatório a ser apresentado por quem alega possui o direito, muito bem disse o Ilustre Julgador Manoel de Jesus Estumano Gonçalves, relator do Acórdão DRJ combatido. Adoto seus dizeres como razões de decidir :

No que diz respeito á não cumulatividade do PIS e da COFINS, assinale-se que, embora a legislação autorize a apuração e aproveitamento de créditos, resulta óbvio que a mesma legislação estabelece limites e condicionantes ao exercício de respectivo direito. Em derivação direta da legislação tributária que rege a matéria, o direito a créditos não cumulativos vincula-se a que o titular da pretensão tenha mantido e mantenha escrituração e controles que lhe permitam comprovar sua condição de detentor dos créditos pleiteados, bem como exiba documentação que dê suporte á sua escrita e controles.

No caso concreto, após haver sido intimado a exhibir os elementos probantes de seu suposto crédito, o sujeito passivo limitou-se a apresentar documentação que, além de incompleta, não guarda nenhuma relação entre ela mesma e nem com os pedidos de ressarcimento- PER apresentados, DACONs e arquivos SPED da EFD CONTRIBUIÇÕES, impossibilitando a fiscalização de efetuar qualquer análise a fim de estabelecer qualquer direito creditório relativo ao pedido de ressarcimento em tela. Ocorre que, em se tratando de pedido de ressarcimento, impõe-se ao contribuinte o ônus de comprovar seu pretendo direito creditório, bem como exhibir escrituração e controles aptos á sua quantificação, sob pena de, não o fazendo, atrair a incidência da máxima de que alegar sem provar é o mesmo que não alegar.

(...)

Logo, incumbe ao sujeito passivo trazer aos autos administrativos, junto com sua manifestação de inconformidade, as provas hábeis a demonstrar os motivos de fato e de direito em que se funda. A questão que se apresenta vincula-se, conforme já referido, á ausência de qualquer evidência da existência do direito creditório a compensar. E em sede de compensação tributária, a qual exige créditos líquidos e certos do sujeito passivo contra a Fazenda Nacional, nos termos do artigo 170 do Código Tributário Nacional, tem-se que deve restar demonstrada de forma indubitosa, por intermédio de documentação hábil e idônea, a existência dos créditos alegados pelo sujeito passivo. É que, como ocorre com o ressarcimento, na compensação oposta á Receita Federal do Brasil o contribuinte figura como autor do pleito e, como tal, possui o ônus da prova quanto ao fato constitutivo de seu direito. Em outras palavras, é o sujeito passivo que possui o encargo de apresentação de todos os documentos comprobatórios do direito invocado.

Trata-se, pois, de ônus do sujeito passivo exhibir as provas hábeis a comprovar, de forma indubitosa, o sue direito, bem como sua oponibilidade, em concreto, á Administração Tributária. E, na hipótese em análise, não é demais consignar que se afigura

razoável concluir pelo fácil acesso da impugnante a documentos que, existindo, poderiam comprovar o direito creditório alegado, haja vista tratar-se de elementos integrantes do acervo pertencente ao próprio interessado.

19. Este Relator está de pleno acordo com o raciocínio desenvolvido pelo Ilustre Julgador da DRJ/BELÉM, pois cabia á recorrente carrear aos autos documentos e controles contábeis e fiscais que dessem suporte ao seu pretensão crédito. A falta de comprovação do seu direito creditório, o faz presumir inexistente.

Conclusão

20. Neste norte, por absoluta falta de comprovação de seu direito, NEGOU PROVIMENTO ao recurso e NÃO RECONHEÇO o direito creditório alegado.

É como voto

(documento assinado digitalmente)

Ari Vendramini